

**A. I. N°** - 2329530114/07-9  
**AUTUADO** - CAMAROTE 7 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MODAS LTDA.  
**AUTUANTE** - JOSÉ BENTO CORREIA DE ALMEIDA  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 09.07.2009

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0191-02/09

**EMENTA:** ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS. Não foram trazidos aos autos a comprovação de haver equívoco nos cálculos de apuração do imposto. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 10/06/2008, reclama o ICMS no valor de R\$ 2.902,89, sob acusação de recolhimento a menos do ICMS na condição de Empresa de Pequeno Porte, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS – SimBahia.

O autuado, à fl. 23, apresenta defesa, alegando que o autuante não considerou nos cálculos e informações das outras filiais relativas aos funcionários, uma vez que os cálculos do SimBahia são feito levando-se em conta o somatório dos funcionários da matriz e suas filiais.

O autuante, à fl. 31, apresenta a informação fiscal, alegando que considerou todos os funcionários informados pelo autuado, conforme fls. 09 a 12 dos autos (devidamente assinados pelo contador), restando ao autuado comprovar suas alegações.

### VOTO

O Auto de Infração, em questão, traz a exigência do ICMS sob acusação de recolhimento a menos, desse impostos, na condição de Empresa de Pequeno Porte, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS – SimBahia.

Verifico que o presente ato administrativo do lançamento atende aos pré-requisitos formais, inclusive, devidamente acompanhado de demonstrativos e levantamentos entregues ao autuado.

A defesa restringe-se a alegar que os cálculos efetuados pelo autuante estão incorretos, tendo em vista que o mesmo não considerou todos os funcionários da matriz e filiais.

O autuante destaca, em sua informação fiscal, que todas as informações consideradas em seus levantamentos foram fornecidas pelo autuado, conforme se pode verificar das planilhas, às fls. 09 a 12 dos autos, onde contam, inclusive, a assinatura do seu Contador.

O impugnante, a quem caberia apresentar provas quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito pleiteado pelo fisco estadual, apesar de alegar que não foi considerado, pelo autuante, o número correto de funcionários para o cálculo do imposto, não trouxe aos autos nenhum elemento material que consubstanciasse sua alegação.

É oportuno destacar o disposto no art. 142, do RPAF/99, ao alinhar que a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha, importa em presunção de veracidade da afirmação da parte contrária. Desta forma, a infração 01 é totalmente procedente.

*“Art. 142. A recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte*

*contrária.”*

Assim, diante da constatação de que não foram comprovadas as alegações trazidas aos autos pelo autuado, pois não demonstrou quantos e quais os funcionários não foram comiserados, bem como os respectivos registros dos mesmos, considero subsistente a presente exigência tributária.

Voto pela PROCEDÊNCIA do presente Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **2329530114/07-9**, lavrado contra **CAMAROTE 7 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MODAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.902,89**, acrescido das multas de 50%, previstas no artigo 42, I, “b”, “3”, II da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de junho de 2009.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

ÂNGELO MARIO DE ARAUJO PITOMBO - RELATOR

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA – JULGADOR